



PLANO DE TRABALHO Nº XX/XX DO TED Nº XX/20XX

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério dos Povos Indígenas
Nome da autoridade competente:	Maria da Conceição Alves Feitosa
Número do CPF:	***.978.743-**
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	840008 - Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - SEGAT
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	840008 - Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - SEGAT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Endereço:	Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310 CEP: 13.565- 905
Cidade:	São Carlos - SP
Nome da autoridade competente:	Ana Beatriz de Oliveira
Número do CPF:	***.458.668-**
E-mail:	reitoria@ufscar.br
Telefone:	(16) 3351-8111
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	ProACE / CCN

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154049 - Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	154049 - Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
É do Tipo Emenda?	(x) Sim () Não
Início da Vigência	23/12/2024
Fim da Vigência	23/12/2024
Identificação:	Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

3. OBJETO:

Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Este projeto de extensão, resultado de uma parceria entre a UFSCar e o Ministério dos Povos Indígenas, visa implementar ações da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), com foco nas Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, em São Paulo. Financiado com R\$ 3.000.000,00, o projeto busca soluções de curto, médio e longo prazo para o acesso à água, segurança alimentar, soberania e geração de renda, através do uso sustentável dos recursos naturais, com especial atenção no plano de médio/longo prazo com a colaboração no levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas e também o estudo de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal em áreas das Terras Indígenas. A iniciativa promove o diálogo entre a comunidade acadêmica e as comunidades indígenas, alinhando conhecimentos científicos com responsabilidade social. O objetivo é garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas e desenvolver um modelo replicável de políticas públicas, fortalecendo o papel das juventudes indígenas e não indígenas na construção do "bem viver".

OBJETIVOS GERAIS

O objetivo geral é construir um projeto piloto de política pública tomando por referência a Política Nacional da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), priorizando o acesso a água, segurança e soberania alimentar, resgate cultural, geração de renda, formação e capacitação na troca de saberes indígenas e não indígenas. O projeto será orientado nesses objetivos gerais pelos seguintes princípios:

1. Atrair o conhecimento científico com as lutas pela garantia dos direitos dos povos indígenas;
2. Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá;
3. Contribuir para a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas;
4. Contribuir para a formulação, implementação de ações e estratégias no âmbito da Política Nacional de

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver modelos de soluções de acesso a água junto às comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)
2. Elaborar estudos de viabilidade, em conjunto com as comunidades, de ações nas seguintes áreas: plantio para segurança alimentar; resgate de sementes crioulas, medicinais e nativas; sistemas agroflorestais indígenas; turismo étnico e ecológico de base comunitária; produção e comercialização de artesanatos e biojoias; finanças solidárias; bioconstrução com base nos conhecimentos tradicionais; esportes indígenas; ações culturais; promoção do acesso de jovens ao ensino superior.
3. Colaborar com o levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas;
4. Elaborar estudos de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas.

Meta 1 - Estruturação e Capacitação da Equipe para PNGATI e Acesso à Água

Ação 1.1 - Estruturação de equipe responsável pelo desenvolvimento e execução do projeto.

Ação 1.2 - Execução de processo seletivo para estudantes de graduação compor a equipe do projeto, com priorização de participação de estudantes indígenas

Período: meses 1 a 12

Indicadores de realização:

1. Contratação da Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar);
2. Indicação de 6 docentes e/ou técnico-administrativos para a equipe de coordenação das frentes de atuação do projeto: segurança hídrica e acesso à água; segurança e soberania alimentar; economia solidária e empreendedorismo social; restauração, sociobiodiversidade, meliponicultura e plantio;
3. Indicação de 1 extensionista técnico-administrativo da universidade para gestão estratégica e planejamento;
4. Indicação de 1 extensionista técnico-administrativo da universidade para gestão estratégica e planejamento para coordenação de trabalhos de campo em hidráulica, elétrica, automação e outros serviços de infra-estrutura;
5. Indicação de 1 bolsista de graduação para apoio a produção de insumos biológicos;
6. Indicação de 3 bolsistas de graduação para apoio produção de alimentos e segurança alimentar;
7. Indicação de 4 bolsistas de graduação para apoio de diagnóstico ambiental e no acesso à água para a produção;
8. Indicação de 2 bolsistas de graduação para economia solidária e geração de trabalho e renda;
9. Indicação de 2 bolsistas de graduação para educação, formação e capacitação.

Obs.: Boa parte da equipe tem ampla experiência em trabalhar com comunidades indígenas em projetos ligados a infraestrutura, segurança alimentar, soberania alimentar e geração de renda. As atividades de acesso a água são muito intensivas em trabalho tanto na dimensão de esforço mental, com uso de softwares de simulação de bombeamento de água, autocad, análises de água, solo, práticas de restauração, como

também no acompanhamento da implementação dos projetos técnicos e mutirões: envolvem práticas como de furação de poços, manutenções, ações de cavar, remover terra, plantio, coletar espécies vegetais, de insetos, de abelhas, compras de insumos adequados e equipamentos, preparos, formações, capacitações, orientações, correções, deslocamentos. Toda a equipe se envolverá com a execução prática do projeto, com foco em entrega de produtos demandados pelas comunidades na ponta, como pode ser visto no documento anexo em experiências pregressas (1696029). Talvez o conceito de mutirão seja o mais adequado para visualizar o envolvimento e o engajamento da equipe que se dará em diálogo com as comunidades indígenas. Aliás, o conceito de mutirão é bem adequado para a metodologia de trabalho proposta que está pautada na participação e no diálogo, observando, também, a importância da dimensão sociotécnica e de tecnologias sociais para compreender o esforço envolvido. A equipe, composta por docentes, técnico administrativos, já possui uma alta carga de atividades referentes ao seu trabalho cotidiano na instituição, contudo, tal equipe foi escolhida, especialmente por ter experiência no trabalho com comunidades indígenas. Neste sentido, os recursos solicitados para financiar o trabalho da equipe visam custear toda a carga de trabalho envolvida, tanto na dimensão física, quanto reflexiva. Vale salientar que as atividades previstas demandam intensos esforços físicos, mentais e serão realizados, inclusive aos finais de semana, para se adequar, muitas vezes, às demandas das próprias comunidades. Planejar e executar todo o trabalho em diálogo com as comunidades indígenas e se pautando na PNGATI é algo difícil de se encontrar em prestadores de serviços. O que está envolvido na proposta é uma dimensão mais orgânica e em sintonia com os problemas apontados pela comunidade e visando ações para o curto, médio e longo prazo. Assim, uma equipe multiprofissional e interdisciplinar com conhecimentos diversos em várias áreas - algo possível quando há uma parceria com a universidade - tende a busca de soluções práticas sustentáveis para problemas concretos, além da possibilidade de se vislumbrar caminhos para a construção de atividades que possam gerar renda para a própria comunidade.

Meta 2 - Diagnóstico e Elaboração do Plano de Ação Baseado na PNGATI - 2 Terras Indígenas

Ação 2.1 - Visitas aos tekoas e reuniões com os coletivos para Plano de Ação em conjunto com a comunidade

Ação 2.2 - Execução de levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas

Ação 2.3 - Elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas.

Período: meses 2 a 10

Indicadores de realização:

1. Relatório sócio-técnico de Plano de Ação para os dois Territórios Indígenas, baseado na PNGATI;
2. Relatório técnico de Plano de Ação para ações estratégicas em segurança e soberania alimentar, artesanato e empreendedorismo social, turismo de base étnico/ecológico;
3. Plano de Ação: serviços e aquisições;
4. Plano de Trabalho da equipe interna do projeto;
5. Contratação de prestadores de serviços (pessoa jurídica), sob articulação da equipe interna;
6. Realização de cursos para a equipe interna e externa, bem como alinhamento do plano de ação;
7. Realização de visitas para diagnóstico e mutirões nas áreas compartilhadas e também em apoio para capacitação, por meio de atuação regular, alternando entre equipe completa e extensionistas/bolsistas de graduação, estudantes indígenas da UFSCar;
8. Relatório de levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas;
9. Relatório de estudos de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior

restauração vegetal e de instauração de meliponicultura em áreas das Terras Indígenas.

META 3 - Implementação inicial dos Planos de Ação e de Aquisição com os produtores nos tekoas

Ação 3.1 - Compra de insumos para as ações da PNGATI

Ação 3.2 - Visitas às aldeias e reuniões com os coletivos para execução do Plano de Ação em conjunto com a comunidade

Ação 3.3 - Apresentação, compartilhamento e transparência dos Resultados com MPI e sociedade, em geral

Ação 3.4 - Aquisição de material permanente como ferramentas para execução das ações que serão doadas para as comunidades atendidas

Ação 3.5 - Serviços de pessoas físicas na área de segurança hídrica, conforme diagnóstico elaborado.

Ação 3.6 - Serviços de pessoas jurídicas e físicas conforme Plano de Ação/Aquisição da PNGATI

Período: meses 3 a 12

Indicadores de realização:

1. Aquisições de insumos e de serviços;
2. Entrega da solução de acesso à água;
3. Resultados dos mutirões e dos serviços;
4. Monitoramento de volume e qualidade da água - indicadores de produção (alimentos, artesanato e turismo), comercialização e melhoria das condições de trabalho.

Obs.: O alcance desta meta envolve serviços de terceiros realizados por pessoas jurídicas, mas também são complementadas em serviços de pessoas físicas e que podem ser contratadas para: serviços gerais de auxiliar rural, pedreiro, encanador, eletricitista, serviços gerais. Como destacado acima, ao final desta meta, espera-se a “entrega da solução de acesso à água” que foi viável no Plano de Ação e para isso decorre ações práticas de serviços e de possíveis construções na área da construção civil, hidráulica, terraplanagem, demandando, assim, o uso de tecnologias, de serviços e de materiais específicos. Importante frisar que as soluções tecnológicas para o acesso à água são complexas e custosas, envolvendo sondagens geológicas, perfurações, bombas, material hidráulico e há riscos de probabilidade de não haver água, sendo necessárias outras soluções como cisternas, poços de declive, cisternas subterrâneas com movimentação de solo, recuperação de mananciais dentre outras soluções intensivas em trabalho. Além disso, os custos agrônômicos de recuperação de solo, plantio, bem como também os custos de implantação e apoio a turismo de base comunitária, logística, ferramentas de comercialização podem ser custos desdobrados. Por fim, para a realização do estudo fundiário e de viabilidade econômica para supressão de árvores exóticas (previstos na meta 2), é importante que a universidade contrate e supervisione uma empresa especializada de maneira a mitigar os riscos de questionamentos judiciais caso o Ministério utilize desses documentos para promover alguma ação de segurança territorial a esses povos, ainda que a equipe tenha plena competência para realizar o acompanhamento da equipe executora exigindo ajustes necessários para que os relatórios sejam fidedignos com a realidade. Com o intuito de ilustrar a dimensão prática dos trabalhos envolvidos nas frentes de atuação projetadas, segue o documento anexo (1696029) que apresenta experiências de outros projetos similares nos quais a equipe já atuou.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

APRESENTAÇÃO

O presente projeto de extensão faz parte de uma parceria estabelecida entre a UFSCar e o Ministério dos Povos Indígenas com vista a operacionalizar, em conjunto com as Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, ações previstas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

(PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747/2012. O projeto também contará com financiamento, via emenda parlamentar do mandato do Deputado Federal Ivan Valente, no montante de R\$ 3.000.000,00.

Esta parceria, de forma mais específica, permitirá a UFSCar, em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas e as comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, situadas no Estado de São Paulo, em caráter de projeto piloto experimental que possa ser replicado enquanto política pública, buscar soluções para o acesso à água, segurança e soberania alimentar, além da geração de renda com uso sustentável dos recursos naturais, lançando mão do envolvimento e diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena, atrelando os conhecimentos científicos com a responsabilidade social. Junto com estas iniciativas, pretende-se, também, colaborar com levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas e também com o estudo de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas, conforme demandado pelas próprias comunidades.

O acesso à água, segurança e soberania alimentar e geração de renda com uso sustentável dos recursos naturais são condições basilares de uma vida digna, levando-se em conta que privar as comunidades indígenas desses bens é colocar em risco o próprio direito de existir e de construir espaço para a autodeterminação cultural dos povos indígenas.

O levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas (TI) também pode subsidiar uma eventual ação de aquisição de áreas para anexá-las às Terras Indígenas como uma “zona de amortecimento” para proteção ambiental e sociocultural da TI. A perspectiva é que eventuais aquisições de terra, conforme a legislação vigente, venha a colaborar com a incidência de ocupações irregulares por parte de não indígenas, reduzindo, de modo substancial, a vulnerabilidade territorial. Trata-se de uma estratégia de proteção importante para o médio/longo prazo da TI, para garantir um controle perene dessa região e seu acesso integral à Terra Indígena.

O estudo de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e em áreas das Terras Indígenas pode subsidiar futuras ações de remoção de monocultivos de espécies arbóreas exóticas/invasoras em áreas dentro da TI, com o melhor custo-benefício possível, isto é, garantir que a venda das madeiras pague tanto o processo de remoção das árvores, como a restauração florestal da área e as iniciativas da meliponicultura. Foram identificados nos etnomapeamentos diversas áreas na TI, já em posse exclusiva dos Guarani, com plantio adensado de pinus ou eucalipto. Unir a universidade, o poder público e a sociedade nesta tarefa, permitirá atrelar a ciência e a transformação social, com vistas à consolidação de políticas públicas que garantam os direitos dos povos indígenas. A realização deste projeto de extensão também pode colaborar com a construção de um modelo para o PNGATI que possa ser replicado, posteriormente, em outras comunidades indígenas, onde o fortalecimento das juventudes indígenas e não indígenas dentro e fora da universidade no tripé acadêmico pode ser um motor de revolução simbólica na luta e na causa indígena para a construção do bem viver.

JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi fundada em 1968 e, na atualidade possui quatro campi: São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Se destaca pela sua capacidade de construção de conhecimento com compromisso social. Desde 2007, a UFSCar institucionalizou o seu Programa de Ações Afirmativas, reforçando o compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior de grupos sociais historicamente sub-representados nas universidades públicas. Há 17 anos a UFSCar mantém, de forma regular, um processo de ingresso específico para estudantes indígenas, reservando uma vaga em cada um dos cursos de graduação da universidade. A busca pela universidade por jovens indígenas envolve não só a melhoria da qualidade de vida pessoal como também de todo o seu povo, contribuindo para a manutenção de sua cultura e de seus direitos (Silva et al., 2021).

Toda esta experiência tem contribuído para um diálogo bastante profícuo no campo do ensino, da pesquisa e da extensão abordando a temática indígena em diversas áreas do conhecimento, contando com a presença indígena para que os conhecimentos científicos e dos povos indígenas se articulem com vista a construir uma sociedade mais inclusiva e que caminhe, assim, nas conquistas e na garantia de direitos dos povos indígenas.

Desde 2007 a UFSCar já recebeu estudantes pertencentes a mais de sessenta povos indígenas de todas as regiões do Brasil (Silva et al., 2021).

Diante deste cenário, esse projeto pode envolver o acúmulo de saberes e experiências com estudantes indígenas também envolvidos, de maneira que possam contribuir com os parentes de outras etnias em São Paulo, bem como possam acumular conhecimentos que podem ser replicados em projetos nas comunidades, além de estimular jovens envolvidos nos territórios atendidos de maneira que possam vislumbrar o ingresso na universidade como possibilidade de construir outros saberes que possam também ser importantes para o futuro da comunidade. Ao se pensar no futuro honra-se o passado de dezenas de povos indígenas diferentes que já ocuparam o território paulista e seus limites, tais como Tupiniquins, Tupinambás, Guaianás e Maromomins, bem como os que ainda resistem, como os Guaranis e os Kaingangs (Silva et al., 2021).

O envolvimento de estudantes de povos originários no desenvolvimento de projetos em Territórios Indígenas contribui tanto para o desenvolvimento dos projetos em si, quanto do ponto de vista do processo formativo destes próprios indígenas estudantes. No desenvolvimento do projeto, o envolvimento apoia-se na máxima do movimento indígena que considera que “nada para eles, sem eles”, que se refere à ideia de que toda ação desenvolvida com povos indígenas requer, de antemão, o diálogo com a comunidade. E, nada melhor do que o diálogo “entre parentes”, como se designam os indígenas de qualquer povo ou comunidade. Neste sentido, a capacitação dos e das estudantes indígenas para a atuação direta na comunidade, sob supervisão de docentes e técnicos da Universidade, será fundamental.

No que tange à formação profissional dos e das estudantes da UFSCar, a busca por campo de estágios e possibilidades de articular os conhecimento aprendidos na Universidade com as práticas realizadas nos Territórios ajuda na construção de sentido para estes conhecimentos, fortalecendo a permanência na Universidade e possibilitando a construção de habilidades e competências que podem auxiliar no retorno para as suas próprias comunidades, ao término da graduação.

O projeto de extensão proposto comunga dos mesmos princípios previstos no Estatuto da UFSCar, com destaque para: a) o compromisso com uma sociedade democrática, soberana, com participação popular e justiça social; b) promoção de valores democráticos e da cidadania; c) sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

O atual Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar coloca em destaque seu compromisso de se consolidar Como uma instituição geradora e disseminadora do conhecimento, impulsionando o progresso científico e tecnológico e sendo uma referência na formação de cidadãos democráticos para a transformação e desenvolvimento da sociedade brasileira, por meio da busca constante pela excelência, que seja promotora de mudanças significativas na sociedade, transparente, participativa e inclusiva (UFSCar, 2024).

De maneira a aprofundar ainda mais a inserção da UFSCar nas diferentes realidades territoriais no Estado de São Paulo, em 2012, foi aprovada a criação e implantação do campus Lagoa do Sino, situado no município de Buri, localizado próximo ao km 12 da Rodovia Lauri Simões de Barros (SP-189), a 308 km de São Carlos e a 130 km de Sorocaba. O projeto elaborado para o Campus Lagoa do Sino, considerando as características da região, foi estruturado em três eixos: Desenvolvimento Sustentável Territorial (que significa, em linhas gerais, o compromisso com a realidade regional); Soberania e Segurança Alimentar; e Agricultura Familiar.

A UFSCar possui cursos de graduação e de pós-graduação com foco na formação de profissionais e de pesquisadores na área da gestão ambiental e sustentabilidade, firmando seu compromisso de atuação neste campo. Somam-se a estes processos formativos, grupos de pesquisas e programas e projetos de extensão que visam, também, a gestão ambiental e a sustentabilidade, dialogando os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais.

Este breve panorama relatado acima, demonstra o compromisso social da UFSCar em atuar no ensino, na pesquisa e na extensão no campo da gestão ambiental e territorial e sustentabilidade. Neste aspecto, a UFSCar se aproxima da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, a qual tem o seguinte objetivo:

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, o artigo 2º do mesmo Decreto aponta que são ferramentas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas no PNGATI:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas;

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

É nesse contexto que o grupo de extensão e pesquisa intitulado Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI-LS) da UFSCar Campus Lagoa do Sino, o qual atua em duas frentes principais: inovação e tecnologias para o bem viver e sociologia da vida econômica: atores, redes e instituições, ambas na fronteira entre extensão e pesquisa de maneira a produzir conhecimento que aumente a contribuição para a redução das desigualdades sociais.

O NESEFI-LS criou o Programa de Extensão intitulado “Tecnologias e inovações sociais voltadas a comunidades em situação de vulnerabilidade rurais e urbanas” que têm aderência ao PNGATI, pois o programa tem por objetivo o desenvolvimento de pacotes de tecnologias sociais para problemas de comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente para comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, agricultura familiar e periferia urbana.

Em geral há um conjunto de problemas similares nas aldeias indígenas e outros que são específicos a cada uma delas e, dessa maneira, é necessário construir modelos de solução sociotécnica aliados às “tecnologias espirituais” (PERALTA, 2022) em uma efetiva e horizontal troca de saberes com as comunidades indígenas. Logo, atrelar ensino, pesquisa e extensão a serviço de construções de pacotes conceituais e validação prática dessas soluções é central nesse programa, com foco no uso sustentável dos recursos naturais, segurança alimentar e geração de renda, para que possa servir como projeto piloto que inspire a formulação e replicação de políticas públicas em outros territórios indígenas. É válido lembrar que os povos indígenas têm uma íntima relação com a natureza, o que faz deles importantes conhecedores e protetores dos recursos naturais da humanidade, preservando corpos d’água e toda a biodiversidade associada (Silva et al., 2021).

Dentro do programa, que abarca experiências em São Paulo e Mato Grosso do Sul, tem sido trabalhada a metodologia muito próxima e inspirada no PNGATI como a Aldeia Tekoa Nhanderu Porã, com a instalação de um Conselho Gestor em que a aldeia indígena é a protagonista e deliberativa e as instituições parceiras se colocam a serviço das demandas das comunidades, com ciclos de conversa dialética permanente e reiterado, baseado no conceito de Mbya Arandu que significa em tradução literal “muita gente num só lugar ouvindo o tempo”.

Nesse contexto, as principais demandas das comunidades indígenas têm girado em torno das seguintes questões: acesso a energia elétrica; acesso a água; plantio para segurança alimentar; resgate e preservação da cultura; resgate de sementes crioulas, medicinais e nativas; sistemas agroflorestais indígenas (kokue e kague); turismo étnico de base comunitária; produção e comercialização de artesanatos e bijuterias; finanças solidárias; bioconstrução com base nos conhecimentos tradicionais; turismo ecológico; esportes indígenas; dança e contação de histórias baseadas na cultura; resgate da culinária indígena dentre outros.

A soberania e a segurança alimentar em aldeias indígenas envolvem o direito dos povos originários de definir seus próprios sistemas alimentares, respeitando suas tradições, cultura e autonomia. Essas questões estão intimamente ligadas à preservação dos TI, à valorização do conhecimento passado de geração em geração e à garantia de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficientes. A soberania alimentar pode ser alcançada pelo uso de sementes crioulas, melhor aproveitamento das matérias-primas disponíveis e valorização da biodiversidade local.

Além disso, a produção de alimentos para os povos indígenas vai além da necessidade de se alimentar e também inclui sua identidade e espiritualidade. Os povos indígenas forneceram muitas contribuições ao preparar boa parte dos alimentos consumidos no Brasil que, até hoje, são utilizados na culinária brasileira.

Já a segurança alimentar é a garantia de que todos tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, respeitando as diversidades culturais. Por outro lado, a insegurança alimentar consiste na negação do direito a uma alimentação nutricionalmente adequada, podendo se

apresentar em vários níveis, resultando até mesmo em desnutrição. Para superar os desafios que envolvem o quadro de insegurança alimentar são necessárias políticas públicas que assegurem o acesso a terras, práticas de plantio de alimentos, que permitam o melhor aproveitamento de matérias-primas nativas e promovam a autonomia alimentar. Assim, algumas iniciativas podem ser adotadas para promover condições de segurança e soberania alimentar às aldeias, tais como: educação nutricional, reaproveitamento de resíduos, processamento de farinhas, práticas para aumentar a vida útil dos alimentos, desenvolvimento de produtos como forma de fornecimento de renda, resgate e uso de sementes crioulas e práticas higiênicas sanitárias na produção de alimentos.

Ainda no âmbito desta experiência com a Aldeia Tekoa Nhanderu Porã, foi feita uma articulação para instalação de energia elétrica, a partir do bombeamento e tratamento de água, manutenção de trator para plantio, instalação de canis para alocar os cachorros quando forem realizar as atividades culturais, grafismo e grafite, construção da Oca Indígena para recepção de visitantes, plantio de sementes de milho crioulo e outros cultivares, instalação de câmeras trap para captação do registro de animais da floresta e uso no site da aldeia, realização de eventos de turismo piloto com apoio e captação de recursos por meio de edital Aldir Blanc, que seleciona projetos culturais para recebimento de bolsas de promoção e circulação de ações culturais no formato de oficinas de formação e apoio do Banco Social Indígena Dabucuri, que visa apoiar projetos de gestão territorial e ambiental indígena e que conta com estudantes indígenas e pessoas da aldeia em seu conselho.

Importante uma ressalva para a primazia da escuta profunda e a busca pela compreensão de seus significados na cosmogonia de vários povos indígenas: o cachorro é considerado uma espécie de guardião que enxerga e espanta os maus espíritos e, também, muitas vezes pega alguma moléstia para proteger a comunidade; como a cultura é viva, hoje está muito atrelada ao afeto aos animais e, portanto, era uma dimensão prioritária para eles quando da implantação, onde foi feito o grafismo em homenagem aos animais na alvenaria do que foi construído, com o apoio técnico de uma veterinária nos dimensionamentos, por isso a importância dada para a construção de canis.

Outra dimensão importante, neste processo, é a construção de uma relação profundamente dialógica entre cacique, comunidade e estudantes indígenas da UFSCar, onde os estudantes ajudaram nos mutirões da aldeia e, em solidariedade, a aldeia construiu uma Oca Indígena no Campus da UFSCar Lagoa do Sino. Logo, a estratégia de pertencimento simbólico do coletivo de estudantes indígenas é fundamental para gerar sementes de transformação nas comunidades deles quando do retorno e fortalecer o sentimento de pertencimento no espaço universitário.

Ademais, estamos falando de acesso à água potável - o mais básico dos direitos humanos. Somente a partir do acesso à água é possível a constituição dos demais direitos. Em 28 de julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou a água limpa e segura e o saneamento “um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos” (ONU, 2024).

É com este princípio de garantia de acesso a água que foi criado, em julho de 2023, o Centro de Extensão e Pesquisa em Água e Efluentes (CEPAE) com compromisso com o meio ambiente e a responsabilidade social, duas vertentes que se unem para transformar positivamente a região na área de influência do campus Lagoa do Sino da UFSCar. O CEPAE é um grupo dedicado ao tripé ensino-pesquisa-extensão, impulsionado pela missão de promover melhorias socioambientais por meio da restauração e desenvolvimento de setores ligados ao saneamento e ao meio ambiente, instrumentalizando ciência e inovação como ferramentas poderosas para construir um futuro mais sustentável.

Atualmente, o CEPAE está envolvido nas seguintes ações extensionistas:

1. Soluções Alternativas e de Baixo Custo para o Tratamento de Esgotos e Reúso da Água em Comunidades Rurais do sudoeste Paulista, sob coordenação do Prof. Jorge Pantoja e em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
2. Projeto BebeDouros campus Lagoa do Sino (UFSCar) que visa o monitoramento da qualidade da água do campus para garantir a qualidade de vida da comunidade universitária, sob coordenação da Profa. Beatriz Gonzalez;
3. Infraestrutura Sanitária em Comunidades de Povos Originários, Tradicionais e de Agricultura Familiar: Técnicas Alternativas de Tratamento de Água e Esgoto, sob coordenação do Prof. Jorge Pantoja.

As atividades relativas à execução do projeto serão registradas em vídeo e/ou fotografias e devidamente descritas em relatórios. Toda a documentação gerada ao longo do projeto, seja no âmbito de sua execução, divulgação ou popularização, será devidamente sistematizada, descrita e disponibilizada em um sistema de informação planejado para esse fim, respeitando os princípios de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas. Serão desenvolvidas estratégias específicas para a gestão dos dados de pesquisa, fundamentadas nos princípios da Ciência Aberta, da Ciência Cidadã e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo a segurança, a privacidade e a proteção das informações pessoais envolvidas.

A operacionalização da execução física e financeira se dará em conjunto com a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar), após parceria firmada entre a UFSCar e o MPI por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O financiamento das atividades relativas à execução do projeto se dará com recursos de emenda parlamentar destinada pelo mandato do Deputado Federal Ivan Valente para o MPI.

Dado o objeto da parceria com o Ministério dos Povos Indígenas, no âmbito deste projeto piloto que prevê ações de acesso à água, de restauração, de plantio, de meliponicultura, de artesanato, os bens adquiridos, durante a execução do projeto e após o encerramento do mesmo, deverão ser fixados junto às comunidades atendidas: as Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, a fim de se manter e de se ampliar a autonomia das duas comunidades em torno da segurança hídrica, alimentar, cultural e territorial.

Todas estas experiências, brevemente relatadas acima, evidenciam que no âmbito deste projeto de extensão que se estrutura, a parceria da UFSCar com o Ministério dos Povos Indígenas vem na esteira de fortalecer ações conjuntas, visando o acesso a direitos dos povos indígenas, endereçando esforços quer seja no âmbito da política pública, quer seja no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

O diálogo com as comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá permite aproximar a universidade e o poder público dos problemas sócio-ambientais com o intuito de se encontrar soluções e, neste caminho, consolidar processos de ensino, de pesquisa e de extensão de forma dialógica e com compromisso social.

A parceria entre a UFSCar, o MPI, a comunidade indígena das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá e do mandato do Deputado Federal Ivan Valente evidencia um trabalho coletivo e colaborativo que coloca diversos atores da sociedade em diálogo e ação.

A busca de segurança hídrica, gestão ambiental e territorial no âmbito da PNGATI e junto com as pessoas das Terras Indígenas consegue unir universidade pública, poder público e sociedade e, nesta inter-relação, permite: a) que a UFSCar siga na sua missão de construção de conhecimento científico com compromisso social; b) fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade pública; c) fortalecer o compromisso social com a afirmação da diversidade e da democratização do ensino superior; d) colaborar com o fortalecimento da atuação do MPI na articulação e interlocução com os povos indígenas como protagonistas nas políticas públicas; e) canalizar recursos públicos para execução de políticas públicas, por meio do financiamento público.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

()	Sim
(x)	Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

()	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
-----	--

(x)	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(x)	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x)	Sim
()	Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

10% DOA - Despesas Operacionais Administrativas - R\$ 300.000,00

3,61% Rubrica institucional ressarcimento - R\$ 108.300,00

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Estruturação e Capacitação da Equipe para PNGATI e Acesso à Água						
Etapa 1.1	Estruturação de equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto.	Ações	1	365.519,68	365.519,68	23/12/2024	23/12/2024
Etapa 1.2	Execução de processo seletivo para estudantes de graduação compor a equipe do projeto, com priorização de participação de estudantes indígenas	Ações	1	115.215,20	115.215,20	23/12/2024	23/12/2024

META 2	Diagnóstico e Elaboração do Plano de Ação Baseado na PNGATI - 2 Terras Indígenas						
Etapa 2.1	Visitas aos tekoas e reuniões com os coletivos para Plano de Ação em conjunto com a comunidade	Ações	1	12.000,00	12.000,00	20/01/2025	30/09/2025
Etapa 2.2	Execução de levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas	Relatórios	1	40.782,00	40.782,00	20/01/2025	30/09/2025
Etapa 2.3	Elaboração de estudos de viabilidade técnicoeconômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas.	Relatórios	1	40.782,00	40.782,00	20/01/2025	30/09/2025
META 3	Implementação inicial dos Planos de Ação e de Aquisição com os produtores nos tekoas						
Etapa 3.1	Compra de insumos para as ações da PNGATI	Ações	1	250.000,00	250.000,00	20/03/2025	23/12/2025
Etapa 3.2	Visitas às aldeias e reuniões com os coletivos para execução do Plano de Ação em conjunto com a comunidade	Ações	1	48.000,00	48.000,00	20/03/2025	23/12/2025

Etapa 3.3	Apresentação, compartilhamento e transparência dos Resultados com MPI e sociedade, em geral	Ações	1	20.000,00	20.000,00	20/03/2025	23/12/2025
Etapa 3.4	Aquisição de material permanente como ferramentas para execução das ações que serão doadas para as comunidades atendidas	Ações	1	150.000,00	150.000,00	20/03/2025	23/12/2025
Etapa 3.5	Serviços de pessoas físicas na área de segurança hídrica, conforme diagnóstico elaborado	Ações	1	82.401,12	82.401,12	20/03/2025	23/12/2025
Etapa 3.6	Serviços de pessoas jurídicas e físicas conforme Plano de Ação/Aquisição da PNGATI	Ações	1	1.467.000,00	1.467.000,00	20/03/2025	23/12/2025
META 4	Custos Indiretos						
Etapa 4.1	DOA - Despesas Operacionais Administrativas (10%) Rubrica institucional ressarcimento (3,61%)	und	1	408.300,00	408.300,00	23/12/2024	23/12/2025

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
MÊS/ANO	VALOR
DEZ/2024	R\$ 3.000.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD			
CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO

33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Não	R\$ 2.591.700,00
33.90.39	Outos Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Sim	R\$ 408.300,00
		Valor Total	R\$ 3.000.000,00

13. OBSERVAÇÕES

Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.

A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.

São Carlos, 19 de dezembro de 2024.

12. PROPOSIÇÃO

Local e data

(Assinado eletronicamente)

Ana Beatriz de Oliveira

Reitora da Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

13. APROVAÇÃO

Local e data

Documento assinado eletronicamente

Maria da Conceição Alves Feitosa

Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz de Oliveira, Usuário Externo**, em 23/12/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceição Alves Feitosa, Secretário(a)**, em 23/12/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47214307** e o código CRC **C31FEBF4**.

Referência: Processo nº 15000.001100/2024-14.

SEI nº 47214307